

TCE-SP mantém suspensão licitação do transporte

Tribunal de Contas dá 5 dias para Prefeitura e Emdec prestarem novos esclarecimentos

Por Moara Semeghini

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) emitiu um novo despacho mantendo a suspensão da homologação da licitação do sistema de transporte coletivo de Campinas. No mesmo documento, o órgão notificou a Prefeitura e a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) para que prestem novos esclarecimentos no prazo de até cinco dias úteis.

A determinação do tribunal levou em consideração novos fatos apresentados em quatro petições anexadas ao processo pelo denunciante. Os documentos baseiam-se em gravações que flagram visitas e conversas na sede da Smile Transportes, empresa integrante do consórcio vencedor do Lote Norte. Os registros envolvem o vereador Vini Oliveira (Cidadania) e o então diretor financeiro e administrativo da Emdec, Ricardo Ferraro Ge-

ciauskas, que foi posteriormente exonerado do cargo.

As petições foram registradas pelo advogado André Nardini Roland entre maio e junho deste ano. Elas apontam para possíveis tentativas de intervenção de empresários da Smile Transportes no processo licitatório, além de relatar dificuldades no acesso aos documentos de habilitação das empresas declaradas vencedoras.

Entenda o caso

A licitação do sistema de transporte público de Campinas é uma das maiores e mais complexas da história do município, estimada em R\$ 11,8 bilhões para uma concessão com validade de 15 anos. O certame prevê a operação de ônibus convencionais, do sistema BRT e do PAI-Serviço. As empresas Sancetur e o Consórcio Grande Campinas saíram vitoriosos do leilão.

Contudo, o processo está travado por decisões judiciais e ad-



Prefeito Dario Saadi bate o martelo no leilão de concessão do transporte, em março de 2026

ministrativas.

Bloqueio no TCE-SP: Inicialmente, em decisão publicada no Diário Oficial em 24 de abril, o tribunal determinou que a Prefeitura se abstinha de homologar o contrato devido a indícios de irregularidades e suspeitas de conluio entre concorrentes. A nova decisão mantém o processo congelado.

Suspensão no TJSP: O Tribunal de Justiça de São Paulo também barrou o andamento do leilão, apontando falta de transparência na condução do processo.

O malote suspeito

O epicentro da crise política que envolve o certame reside em imagens gravadas na sede da empresa Smile/Rhema, em Paulínia (SP). Os vídeos mostram o vereador Vini Oliveira deixando o local carregando caixas e um malote de forma suspeita, logo após o encerramento do leilão da

concessão.

O episódio desencadeou investigações. No dia 1º de junho de 2026, a Câmara Municipal aprovou por unanimidade a abertura de uma Comissão Processante contra Vini Oliveira por suposta quebra de decoro parlamentar e improbidade administrativa. O grupo tem 90 dias para concluir os trabalhos, que podem resultar na cassação do mandato do parlamentar. O parlamentar foi alvo de mandados de busca e apreensão e o caso também é acompanhado de perto pela Polícia Civil e pelo Ministério Público de São Paulo.

Nesta terça (16), às 15h, o secretário de Transportes, Fernando de Caires, e o diretor-presidente da Emdec, Vinicius Riverete, comparecerão à Câmara para prestar esclarecimentos.

Em sua defesa, o vereador Vini Oliveira tem negado veementemente qualquer irregularidade. Ele afirma que os malotes

continham apenas documentos e mídias digitais coletados para embasar suas atividades de fiscalização parlamentar.

Administração Municipal

Em nota, a Prefeitura de Campinas e a Emdec informaram que foram oficialmente comunicadas a respeito do despacho do TCE-SP na sexta-feira, 12 de junho. Ambas asseguraram que apresentarão todas as justificativas e esclarecimentos solicitados dentro do prazo legal de cinco dias úteis. A Administração ressaltou que acompanha o processo de forma regular e que colaborará integralmente com os órgãos de controle, enviando os documentos necessários. Segundo a nota, a licitação do transporte coletivo vem sendo conduzida com "rigor técnico, jurídico e econômico-financeiro", reiterando a total disposição da prefeitura em cooperar com a Justiça e com o TCE.

Fiscalização aplica mais de 25 mil autuações ao transporte coletivo

A fiscalização do transporte público coletivo resultou, nos primeiros cinco meses deste ano, em mais de 25 mil autuações aos operadores. A maioria, mais de 87% (22 mil), está relacionada ao descumprimento das partidas programadas, seja por quebra ou falta de veículos nas linhas segundo a Emdec. Outras 1,5 mil autuações envolveram antecipação ou atraso nos horários programados.

As penalidades, já processadas pela Emdec, são resultado de um trabalho de monitoramento da operação das linhas municipais, que acumulou 1,7 milhão de ações de fiscalização até maio deste ano. Somente no mês passado, foram realizadas mais de 345 mil verificações nos principais pontos de parada e terminais da cidade. Do total de fiscalizações realizadas no

período, cerca de 1,5 milhão ocorreram nas linhas operadas pelas seis empresas concessionárias do sistema. Outras 195,2 mil ações tiveram como alvo as linhas atendidas pelas quatro cooperativas do transporte alternativo.

A maior parte das autuações, mais de 87% do total (22 mil), foi aplicada por descumprimento das partidas programadas, principalmente em razão de quebras ou da falta de veículos nas linhas. Outras 1,5 mil penalidades foram motivadas por atrasos ou antecipações dos horários previstos.

Para manter o acompanhamento da operação em toda a cidade, cerca de 140 agentes da mobilidade urbana e líderes operacionais atuam diariamente em regime de revezamento ao longo das 24 horas. Atualmente, o sistema de trans-



Tablets de fiscalização utilizado por agente da Emdec

porte coletivo de Campinas realiza mais de 15 mil viagens por dia e opera 233 linhas.

Para manter a fiscalização no ritmo exigido pela cidade, são destinados, diariamente, cerca de 140

agentes da mobilidade urbana e líderes operacionais, que se revezam em 24 horas de operação das linhas. Atualmente, são mais de 15 mil viagens realizadas no sistema de transporte coletivo de Campinas e 233

linhas em operação. As linhas que recebem as fiscalizações são identificadas a partir do acompanhamento remoto realizado pelo Núcleo de Monitoramento de Transporte (NUMT) da Emdec e, principalmente, pelas solicitações recebidas da população por meio dos canais de atendimento. São cerca de 70 solicitações recebidas diariamente.

As ações de fiscalização foram realizadas, principalmente, nos eixos das avenidas Amoreiras (Corredor BRT Ouro Verde), John Boyd Dunlop (Corredor BRT Campo Grande) e nas regiões do Vida Nova, Vila União, Barão Geraldo, Alphaville, Sousas, Amarais/Padre Anchieta. Também são permanentes em todos os terminais urbanos convencionais, terminais e estações do BRT. E, periodicamente, alcançam as garagens dos operadores.

Emdec/Divulgação